

# 15

RELATÓRIO DE GESTÃO  
E CONTAS 2015

**cmip**

## **ABREVIATURAS:**

### **OMI**

OMI – Operador do Mercado Ibérico

### **OMIP**

OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A.

### **OMIClear**

OMIClear, C.C., S.A.

### **OMIE**

OMI – Polo Español, S.A.

### **OMIP SGPS**

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.

### **OMEL**

Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A.

# 15

RELATÓRIO DE GESTÃO  
E CONTAS 2015

**cmip**

# índice

01	Mensagem da Presidência	07
02	Período de 2015	08
	2.1 Enquadramento	
	2.2 Organização	
	2.3 OMI	
03	Evolução do Mercado de Derivados do MIBEL	11
04	Sistemas de informação	20
05	Outras atividades	22
	5.1 Leilões de colocação de produção em regime especial	
	5.2 Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Portugal e Espanha	
	5.3 Leilões sobre o novo produto indexado aos índices de produtividade solar	
	5.4 Leilão de espectro multi-faixa na Polónia	
	5.5 Direitos de utilização de capacidade (gás)	
	5.6 Desenvolvimento do projecto GPMC	
06	Perspetivas para 2016	25
07	Proposta de aplicação de resultados	27
08	Acionistas, órgãos sociais e participada	30
	8.1 Acionistas	
	8.2 Órgãos sociais (trienio 2015 – 2017)	
	8.3 Participada	
09	Demonstrações financeiras e anexos a 31 de dezembro de 2015	33
10	Anexos	57
	Certificação Legal das Contas	
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	



MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

*2015 foi um ano especialmente difícil para a actividade do OMIP.*

*O suavizar da crise económica e financeira, a estabilidade das cotações durante grande parte do ano, o abandono por parte de alguns bancos e fundos de investimento dos mercados de commodities e incertezas relacionadas com a nova legislação MiFID II/MiFIR, muito contribuíram para a diminuição dos interesses e necessidades de negociação e de cobertura de risco por parte dos participantes no Mercado de Derivados do MIBEL. Em consequência, assistiu-se a uma substancial redução dos volumes negociados e compensados, invertendo-se a tendência de crescimento observada nos quatro anos anteriores.*

*Os números falam por si: ao passo que a procura total de energia na Península Ibérica caiu cerca de 0,84% para 289,8TWh, o volume negociado em bolsa caiu cerca de 43,5% para 29,85 TWh. Comparativamente, saliente-se que o mercado OTC, segundo os dados da CNMC, alcançou 139,96 TWh, resultando numa diminuição de 49,2% face a 2014 (275,45 TWh).*

*Com o core business fortemente prejudicado, o OMIP voltou a apostar forte na diversificação das actividades, conseguindo, por esta via, terminar o exercício com um resultado líquido positivo.*

*Em 2015, prosseguiu-se com a concretização da estratégia de ampliar o portfolio de produtos a disponibilizar aos participantes no Mercado, tendo, finalmente, sido possível listar para negociação em contínuo o contrato day-ahead com entrega financeira. Menos sorte tiveram os instrumentos alemães e franceses, que continuam, após cerca de um ano, a aguardar o registo junto da CMVM. Sem prejuízo disso, pretende-se, ainda, listar para negociação e registo de operações bilaterais, contratos italianos e de gás natural dando, assim, um importante impulso ao desenvolvimento do mercado ibérico de gás.*

*Juntamente com a estratégia acabada de referir e o elevado nível de serviço sempre proporcionado aos participantes no Mercado, o OMIP apresenta-se com a confiança e o ânimo necessários para fazer face aos desafios com que se defronta, em particular o feroz aumento da concorrência. A crescente volatilidade nas cotações das principais commodities a que se assiste desde Dezembro de 2015, deu o impulso necessário para que os volumes negociados no início de 2016 sejam francamente animadores, sem que, contudo, se possa inferir que o ritmo se mantenha no futuro.*

*Por isso, a estratégia passa por continuar com a diversificação de forma a mitigar os riscos que se encontram fora do nosso domínio, assim como manter uma estrutura de custos muito ajustada, mas com a flexibilidade necessária para responder de maneira eficiente a qualquer oportunidade.*

*Não gostaríamos, porém, de terminar esta mensagem sem reconhecer e agradecer à equipa do OMIP o excelente trabalho desenvolvido em momentos de especial dificuldade, assim como reiterar o nosso agradecimento a todos os accionistas pelo apoio e confiança constantes.*

Lisboa, 15 de Março de 2016

**Pedro Jesus Mejía Gómez**  
Presidente do Conselho de Administração

**José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto**  
Vice-presidente do Conselho de Administração

# 02

PERÍODO DE 2015



## 2.1 Enquadramento

O Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), iniciativa conjunta dos Governos da República de Portugal e do Reino de Espanha, visa a construção de um mercado regional coerente e facilitador de outro muito mais amplo: o Mercado Interno da Energia.

Ambos os Estados designaram o OMIP como a entidade gestora dos mercados a prazo, em paralelo com o OMIE, a quem foi atribuída a função de entidade gestora dos mercados diário e intradiário.

É nessa qualidade que o OMIP, sociedade constituída em Junho de 2003, assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL, conjuntamente com a OMIClear, constituída em Abril de 2004, para desempenhar as funções de contraparte central das operações realizadas no Mercado.

O OMIP e a OMIClear desenvolvem as suas actividades ao abrigo da legislação portuguesa, sendo, nesse âmbito, reconhecidos, respetivamente, como sociedade gestora de mercado regulamentado e de contraparte central, ambos registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

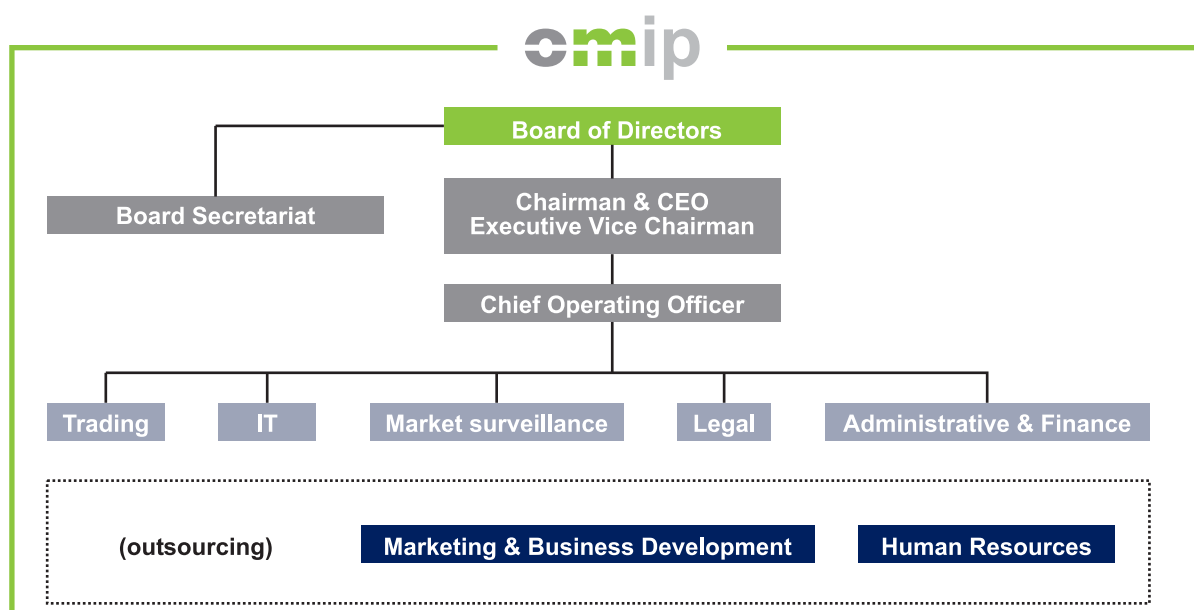
Nos termos do Acordo Internacional de Santiago, a supervisão do MIBEL está a cargo de um Conselho de Reguladores, composto pelos reguladores do sector financeiro (CMVM e Comisión Nacional del Mercado de Valores) e do sector energético (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia) dos dois países.

## 2.2 Organização

A estrutura organizativa do OMIP encontra-se concebida para assegurar o regular e eficaz funcionamento do Mercado e, simultaneamente, dar resposta a todas as solicitações recebidas, seja de participantes, entidades supervisoras ou público em geral.

Para além dos recursos próprios, foram celebrados contratos de prestação de serviços com outras empresas pertencentes ao grupo OMI. Esta situação, dentro dos limites previstos na legislação aplicável, permite uma melhor alocação e gestão dos recursos humanos disponíveis.

Figura 1 Organização operacional do OMIP



A 31 de Dezembro de 2015, a sociedade contava com 12 colaboradores (quatro do sexo feminino e oito do sexo masculino). A este número acrescem o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, enquanto vogais exercendo funções executivas.

## 2.3 OMI

Em 2011 deu-se efectiva concretização à estrutura societária do OMI, conforme previsto no Artigo 4.º do Acordo Internacional de Santiago, na redação dada pelo Acordo de Braga, que o reviu, o qual passou a prever que o OMI “*será constituído por duas sociedades gestoras de participações sociais, com sedes respectivamente em Portugal e em Espanha e participações cruzadas de 10% e que ambas as sociedades deterão 50% de cada uma das sociedades gestoras dos mercados...*”. Na Figura 2 ilustra-se o modelo acordado.

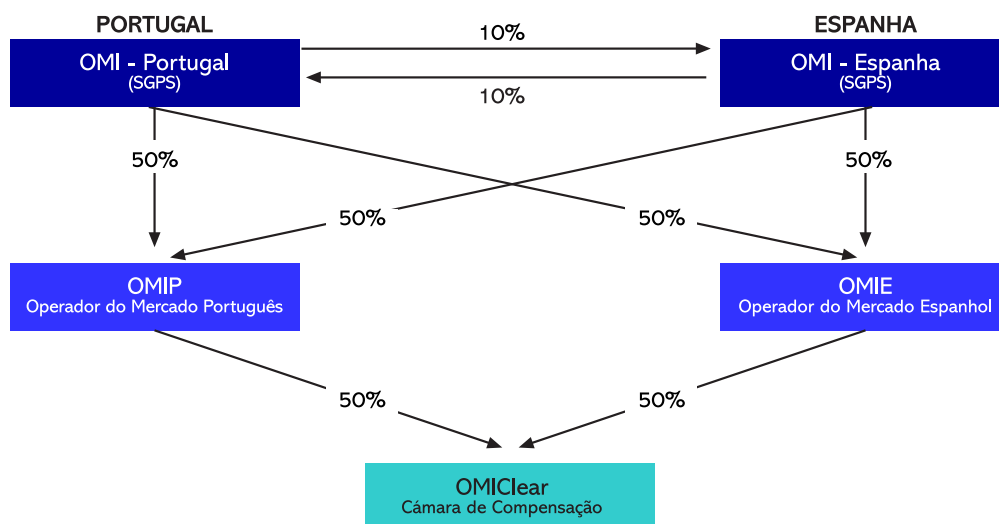
Nesse contexto, em 18 de Outubro de 2011, as sociedades *holding* OMIP SGPS e OMEL, passaram a deter em partes iguais o capital de cada uma das sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE. Além disso, concretizou-se o modelo de governo societário igualmente previsto, constituído por um Conselho de Administração de composição comum às duas sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE.

Em 12 de Setembro de 2013 concretizou-se a entrada do OMIE na estrutura accionista da OMIClear, a qual foi realizada por aumento de capital, concluindo-se, assim, o modelo para o OMI previsto no Acordo Internacional.

2014 e 2015 foram anos de consolidação e de rearranjos internos, em especial para adaptação aos requisitos prudenciais, organizacionais e de gestão de risco aplicáveis à atividade da OMIClear, situação que também teve impactos no OMIP.

Para 2016, os principais objectivos e desafios passam pela captação de sinergias entre os negócios desenvolvidos pelas várias empresas, reforçando a coesão interna do Grupo OMI.

Figura 2 Organograma do OMI



O ano de 2014 representou o oitavo ano completo de atividade no desempenho das funções cometidas ao pólo português do Operador do Mercado Ibérico da Eletricidade.

# 03

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE  
DERIVADOS DO MIBEL

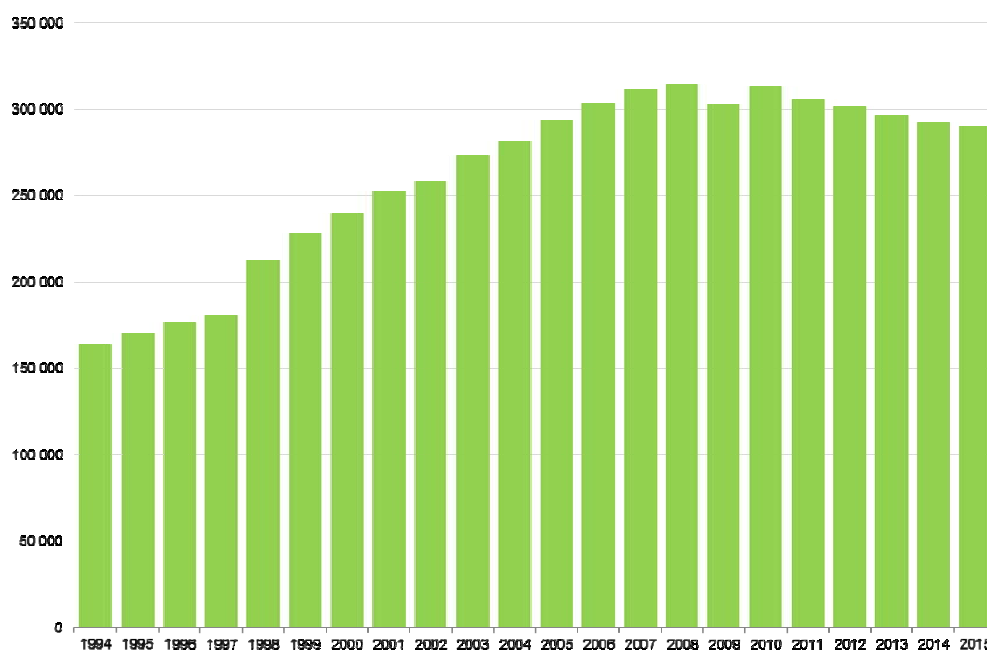
## EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DERIVADOS DO MIBEL

O Mercado de Derivados do MIBEL, em linha com a negociação OTC, experimentou em 2015 uma forte descida dos volumes negociados.

Para essa situação contribuíram vários factores, como o evoluir da situação económica e financeira, a estabilização das cotações, o recentrar de actividade por parte de instituições de crédito e fundos de investimento, entre outros, que impactaram nas estratégias de negociação e de cobertura de risco dos participantes no Mercado.

Como referido, em 2015, o volume transaccionado decresceu 43,5% relativamente ao ano anterior. Em contínuo foram negociados 29,85 TWh, face aos 52,86 TWh de 2014, sendo que o consumo de energia eléctrica na Península Ibérica, em comparação com o ano transacto, diminuiu 1,06% em Portugal e aumentou apenas 0,31% em Espanha, resultando numa descida de 0,84% no total da Península Ibérica.

Figura 3 Consumo de eletricidade na Península Ibérica (GWh)



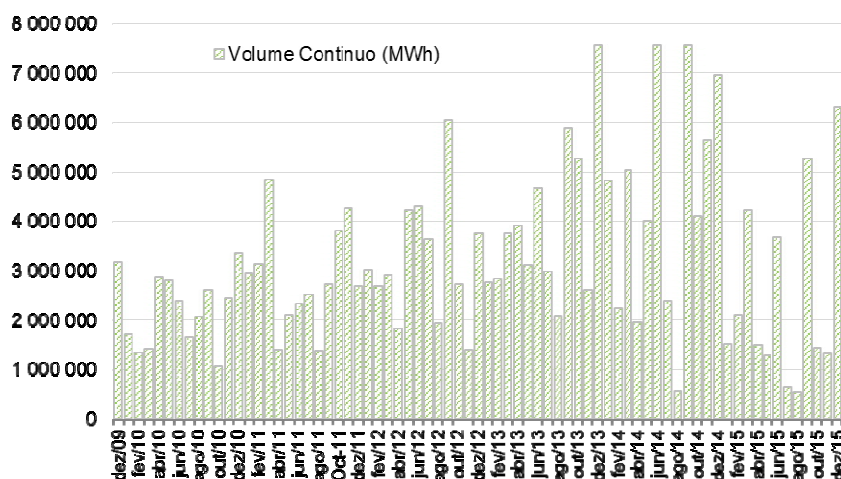
Quadro 1 Principais indicadores de atividade

	2015	2014
Volume transaccionado (TWh)	30	53
Valor notional negociado (Milhão EUR)	1 003	2 037
Número de participantes	63	60

Relativamente ao número de participantes e como se demonstra em detalhe mais à frente, em 2015, o mercado conheceu um ligeiro crescimento, tendo sido admitidos três membros negociadores.

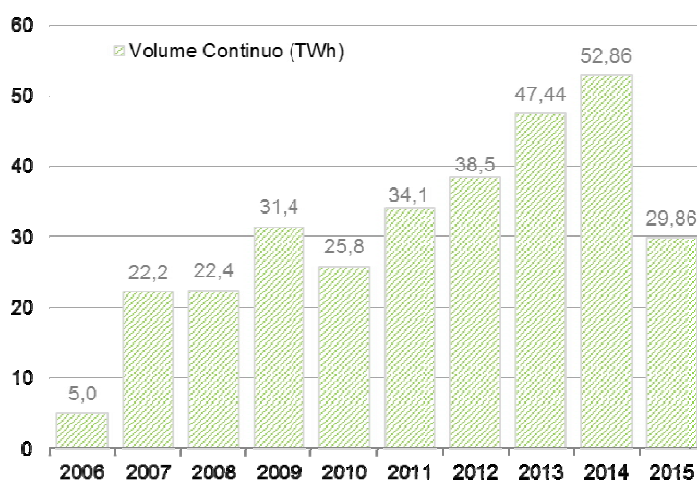
No que respeita aos volumes negociados, evidenciam-se os meses de Setembro e Dezembro, cujos valores foram claramente superiores aos restantes. De referir, também, que em termos médios foram negociados, mensalmente, cerca de 2,49 TWh, face aos 4,41 TWh de 2014.

Figura 4 Volume de energia negociada em mercado (MWh)



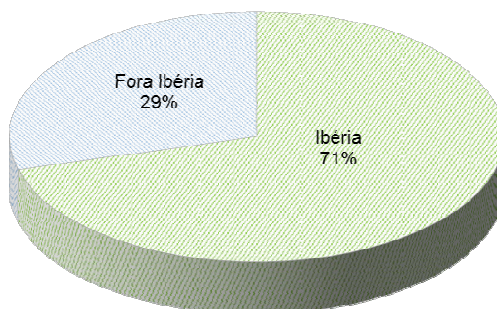
Analisando os volumes negociados numa base anual, constata-se a inversão da tendência de crescimento assinalada nos anteriores quatro anos, sendo que o valor de 2015 se situa entre os registados em 2010 e 2011.

Figura 5 Volume anual negociado em mercado (TWh)



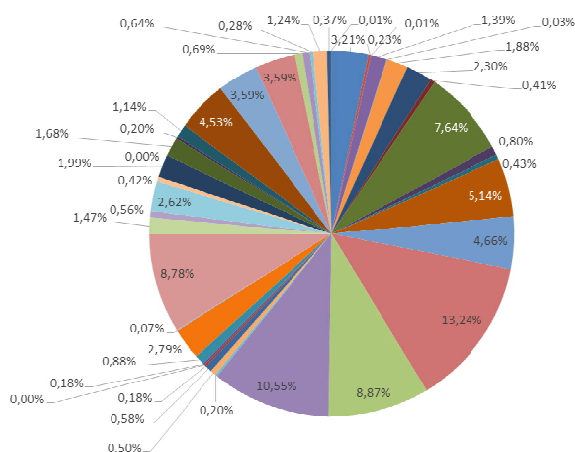
Na figura 6 observa-se que 71% do volume total foi negociado por entidades domiciliadas na península ibérica, percentagem bastante superior à verificada em 2014 (57%). Chama-se a atenção, porém, para o facto deste resultado percentual se dever à forte diminuição dos valores negociados por entidades estabelecidas fora da Península Ibérica.

**Figura 6** Quotas de mercado por domiciliação do membro negociador



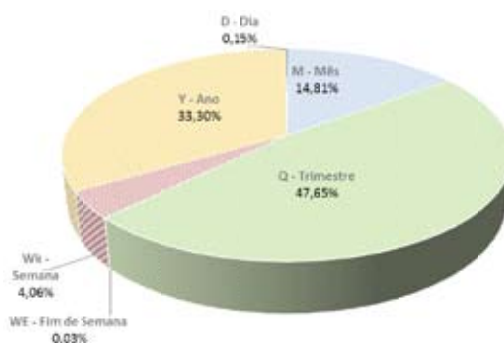
No que respeita à distribuição de quotas de mercado entre o total de membros negociadores em 2015 (ver figura 7), esta apresenta uma estrutura semelhante ao ano anterior, em que o volume voltou a estar bastante dividido entre os diferentes membros do mercado, sendo que os três mais activos representaram 32,66% (33,5% em 2014) do volume total negociado. Este indicador, que merece ser destacado, da repartição do volume negociado, confirma que o mercado de electricidade da Península Ibérica se mantém concorrencial.

**Figura 7** Quotas de mercado por membro negociador



Relativamente aos contratos listados para negociação, e em termos de energia equivalente, os trimestrais voltaram a ser os mais transaccionados com cerca de 48% do total do portfólio disponível no OMIP, como demonstra a figura 8, seguido pelos anuais e pelos mensais. Os instrumentos de curta maturidade registaram um aumento no número de negócios realizados, em especial os contratos semanais e os contratos diários, estes últimos por força da disponibilização para negociação em contínuo, desde 2 de Setembro de 2015, do contrato *day ahead*.

**Figura 8** Peso por volume negociado portipo de Contrato em 2015



No quadro 2, apresenta-se a lista de participantes no OMIP, a 31 de Dezembro de 2015, com a indicação dos membros negociadores por conta própria (CP), membros negociadores por conta de terceiros (CT) e intermediários de operações bilaterais (IOB).

Quadro 2 Participantes do Mercado de Derivados do MIBEL

Membros 2015	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
Acciona Green Energy Developments, S.L.			
Alpiq AG			
AXPO Iberia, S.L.			
Banco Santander, S.A.			
BP Gas Marketing Limited			
Céltica Energía, S.L.			
Cepsa Gas y Electricidad, S.A.			
CIMD - Corretaje e Información Monetaria y de Divisas, S. V., S.A.			
Citigroup Global Markets Ltd.			
Membro Não Divulgado			
Danske Commodities, A/S			
Dreue Electric, S.L.			
EDF Trading Markets Limited			
EDP - Energias de Portugal, S.A.			
EDP - Serviço Universal, S.A.			
EDP Comercializadora de Último Recurso, S.A.			
Elliot International, L.P.			
Endesa Energía XXI, S.L.			
Endesa Generación, S.A.			
Enérgya VM Gestión de Energía, S.L.U.			
Eni Trading & Shipping S.p.A.			
Factor Energía, S.A.			
Fenie Energía S.A.			
Foener Comercialización, S.L.U.			
Fortia Energía, S.L.			
Fortia Energía Servicios S.L.			
Freepoint Commodities Europe LLP			
Galp Power, S.A.			
Gás Natural SUR SDG, S.A.			
Gás Natural SDG, S.A.			
GDF Suez Trading, S.A.S.			
GeoAtlante S.L.			
Gnera Energía y Tecnología, S.L.			
Goldman Sachs International			
Griffin Markets			
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.			
Iberdrola Comercialización de Último Recurso, S.A.U.			
Iberdrola Generación, S.A.U.			
Iberdrola Generación España, S.A.U.			
ICAP Energy, AS			
J.P. Morgan Securities, plc			
Kyonynsys Century S.L.U.			
Ledesma Comercializadora Eléctrica, S.L.			
Macquarie Bank Limited			
Mercuria Energy Trading, S.A.			
Morgan Stanley & Co. International plc.			
Nexus Energía, S.A.			
Noble Clean Fuels Limited			
Rascasse Energy Europe Limited			
Red Eléctrica de España, S.A.			
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.			
Shell Energy Europe Ltd.			
Solvay Energy Services Ibérica S.L.			
Spectron Energy Services			
Switch Energy, S.L.			
The Liverpool Limited Partnership			
Total Gas & Power Ltd.			
Tradition Financial Services Derivatives Ltd.			
Tradition Financial Services Ltd.			
TrailStone GmbH			
Tullett Prebon (Europe) Limited			
Tullett Prebon (Securities) Limited			
Uniper Global Commodities SE			
Vertsel Energía, S.L.U.			
Viesgo Comercializadora de Referencia, S.L.			
Viesgo Generación, S.L.			
Viesgo Renovables, S.L.			

A distribuição geográfica dos membros, indicada na figura 9, mostra claramente dois pólos mais representativos. Um na península ibérica (Espanha em particular) em que sobressaem entidades com activos e interesses na produção e comercialização de energia eléctrica e outro no Reino Unido em que se destacam, maioritariamente, empresas de natureza financeira, bancos e fundos de investimento.

Figura 9 Origem dos participantes (dezembro 2015)





O Mercado de Derivados do MIBEL apresentava a 31 de Dezembro de 2015, 58 membros CP, oito participantes com capacidade para CT e seis IOB, conforme expresso no quadro 3.

Relativamente à categoria de CP, a predominância é de membros ibéricos, ao passo que na modalidade de CT e IOB, os membros fora da península ibérica continuam a ser a maioria.

Em resultado do trabalho de *marketing* desenvolvido, em 2015, Noble Clean Fuels Limited (15 de Abril); BP Gas Marketing Limited (17 de Junho); Ledesma Comercializadora Eléctrica, S.L. 13 de Julho); Viesgo Renovables, S.L. (14 de Outubro) e Alpiq, AG (22 de Outubro), foram admitidos como membros negociadores.

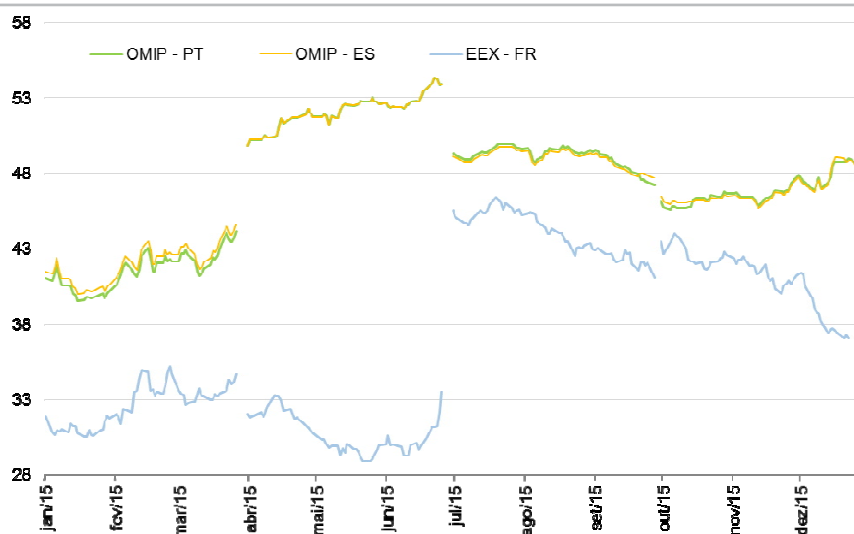
Quadro 3 Participantes no final de 2015

Origem	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
Espanha	33	2	1
Portugal	4	0	0
Reino Unido	12	4	4
Alemanha	2	0	0
Noruega	0	1	1
USA	2	0	0
Bélgica	1	0	0
Dinamarca	1	0	0
Malta	1	0	0
Suíça	2	0	0
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>7</b>	<b>6</b>
Ibéricos	37	2	1
Não Ibéricos	20	5	5

Em termos de preços, como se observa na figura 10, relativamente aos primeiros contratos trimestrais das duas zonas do MIBEL, a cada momento listados para negociação, salta à vista a sazonalidade que caracteriza a Península Ibérica, a qual é exponenciada pelo confronto com o mercado francês, muito mais sensível a aspectos relacionados com o consumo e as tecnologias existentes no respectivo parque produtor.

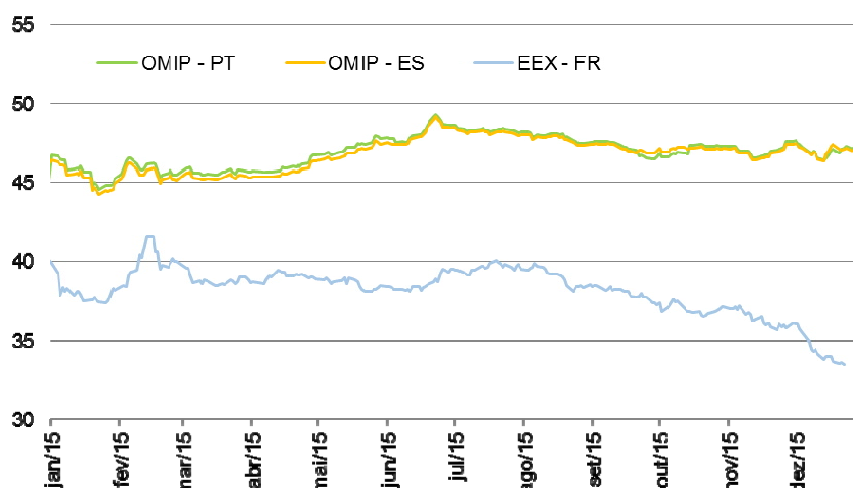
Ao longo de 2015, os contratos trimestrais atingiram o seu máximo valor no dia 23 de Junho para a zona portuguesa com um preço de 54,35 EUR/MWh e no mesmo dia para a zona espanhola também com um preço de 54,35 EUR/MWh.

Figura 10 Evolução do preço do primeiro contrato trimestral em negociação (EUR/MWh)



No contrato anual (cfr. figura 11), observa-se a manutenção de uma tendência estável com os preços espanhóis e portugueses a situarem-se entre 44 e 52 EUR/MWh. Ainda assim, as cotações máximas foram verificadas 23 de Junho, com 49,13 EUR/MWh em Espanha e no mesmo dia com 49,28 EUR/MWh em Portugal. A diferença de preços para o mercado francês deixou de ser relativamente constante a partir do segundo Semestre, na medida em que neste mercado se assistiu a uma sucessiva descida na cotação.

Figura 11 Evolução do preço do primeiro contrato anual em Negociação (EUR/MWh)



O Quadro seguinte resume alguns dos acontecimentos mais importantes que marcaram o ano de 2015.

Quadro 4 Resumo de 2015

Data	Acontecimento
1 janeiro	Axpo Energía Iberia (Trimestres e Ano) e EDF Trading Limited (meses) são anunciados como criadores de mercado ( <i>market makers</i> ) para todo o ano de 2015.
12 março	Realização da XXVI reunião do Comité de Negociação e Produtos, em Londres.
19 março	O OMIP realizou, com sucesso, o sexto leilão de contratos financeiros de direitos de capacidade na interligação Portugal – Espanha. Foram adquiridos os 300 MW de capacidade disponibilizados em cada sentido da interligação para o produto relativo ao segundo Trimestre de 2015, a um preço de 0,07 EUR/MWh no sentido Portugal para Espanha e a um preço de 0,03 EUR/MWh no sentido Espanha para Portugal; e 100 MW de capacidade para o terceiro Trimestre do 2015, a um preço de 0,03 EUR/MWh para E-P e 0,05 EUR/MWh P-E.
24 março	Realização do décimo quarto Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL com uma energia equivalente de 878 400 MWh. Os preços de fecho foram 43,65 EUR/MWh para o segundo Trimestre de 2015 e 49,75 EUR/MWh para o terceiro Trimestre de 2015.
23 abril	Introdução de uma nova característica no sistema de negociação de Opções que permite incluir uma condição Booleana para diferenciar o delta-hedge dos negócios.
9 junho	O OMIP realizou, com sucesso, o sétimo leilão de contratos financeiros de direitos de capacidade na interligação Portugal – Espanha. Foram adquiridos os 200 MW de capacidade disponibilizados em cada sentido da interligação para o produto correspondente ao terceiro Trimestre de 2015, a um preço de 0,04 EUR/MWh no sentido Portugal para Espanha e a um preço de 0,02 EUR/MWh no sentido Espanha para Portugal; e 100 MW de capacidade para o quarto Trimestre de 2015, a um preço de 0,06 EUR/MWh para E-P e 0,12 EUR/MWh P-E.
19 junho	Realização da XXVII reunião do Comité de Negociação e Produtos, em Lisboa.

Data	Acontecimento
24 junho	Realização do décimo quinto Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL com uma energia equivalente de 1 542 200 MWh. Os preços de fecho foram 54,15 EUR/MWh para o terceiro Trimestre de 2015; 49,10 EUR/MWh para o quarto Trimestre de 2015 e 48,65 EUR/MWh para o contrato do ano 2016.
1 setembro	Extensão da hora de fecho da sessão de negociação em trinta minutos, passando a ser possível negociar até às 17h00 CET.
2 setembro	Lançamento da negociação em contínuo do contrato <i>day ahead</i> com entrega financeira.
14 setembro	Lançamento dos contratos Mini <i>Swap</i> SPEL Solar e Mini SWAP PTEL.
17 setembro	Realização do décimo sexto Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL com uma energia equivalente de 1 756 800 MWh. Os preços de fecho foram 47,45 EUR/MWh para o quarto Trimestre de 2015; 45,70 EUR/MWh para o primeiro Trimestre de 2016 e 46,57 EUR/MWh para o contrato do ano 2016.
22 setembro	O OMIP realizou, com sucesso, o oitavo leilão de contratos financeiros de direitos de capacidade na interligação Portugal – Espanha. Foram adquiridos os 200 MW de capacidade disponibilizados em cada sentido da interligação para o produto referente ao quarto Trimestre de 2015, a um preço de 0,05 EUR/MWh no sentido Portugal para Espanha e a um preço de 0,01 EUR/MWh no sentido Espanha para Portugal; e 100 MW de capacidade para o primeiro Trimestre do 2016, a um preço de 0,02 EUR/MWh para E-P e 0,07 EUR/MWh P-E; e 100 MW para o contrato do ano 2016 em cada sentido, a um preço de 0,01 EUR/MWh para E-P e 0,05 EUR/MWh para P-E.
29 setembro	O OMIP celebrou, com sucesso, o primeiro leilão de um produto indexado à produtividade solar. Foram leiloados 12 000 contratos do produto Min-Swap Solar para o período respeitante ao quarto Trimestre de 2015 correspondendo a um volume de energia de 333 024 MWh. O processo de qualificação registou 12 agentes participantes tendo sido atribuído volume a seis agentes. O preço de equilíbrio foi de 51,94 EUR/MWh.
25 novembro	Realização da XXVIII reunião do Comité de Compensação e Liquidação, na Barcelona.
25 novembro	O Grupo OMI foi patrocinador Platinum do evento EMART Energy 2015, em Barcelona, a maior feira de comércio electrónico da energia que se realiza na Europa.
10 dezembro	O OMIP realizou, com sucesso, o nono leilão de contratos financeiros de direitos de capacidade na interligação Portugal – Espanha. Foram adquiridos os 400 MW de capacidade disponibilizados em cada sentido da interligação para o produto respeitante ao primeiro Trimestre de 2016, a um preço de 0,09 EUR/MW no sentido Portugal para Espanha e a um preço de 0,06 EUR/MW no sentido Espanha para Portugal; e 200 MW de capacidade para o contrato do ano 2016, a um preço de 0,05 EUR/MW para E-P e 0,1 EUR/MW P-E.
15 dezembro	Realização do décimo sétimo Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL com uma energia equivalente de 1 532 200 MWh. Os preços de fecho foram 47,60 EUR/MWh para o primeiro Trimestre de 2016; 43,40 EUR/MWh para o segundo Trimestre de 2016 e 46,50 EUR/MWh para o contrato do ano 2016.
17 dezembro	O OMIP celebra o segundo leilão solar, o qual viria, porém, a ser cancelado devido a um erro de um participante.

# 04

## SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Durante 2015 a actividade da área de sistemas de informação centrou-se em três componentes fundamentais: (i) a gestão dos contratos com fornecedores externos, de aplicações de negócio, de aplicações internas e do *hosting* dos sistemas e infraestrutura de suporte das actividades da empresa; (ii) o desenho, especificação e implantação de novas soluções, funcionalidades e melhorias das aplicações utilizadas e (iii) a continuação do desenvolvimento e manutenção do sistema de segurança de informação e continuidade de negócio.

No primeiro caso inclui-se a gestão comercial e técnica (novas versões, gestão de incidentes, etc.) de sistemas e serviços relacionados com a operação do mercado e outras atividades prestadas pelo OMIP, como:

- > *Hosting* da plataforma de negociação, plataformas de leilões, *website* corporativo e outras aplicações de uso interno;
- > Sistema de negociação (Trayport ETS);
- > Aplicação de leilões de relógio (OMIPlus-A), de suporte à realização de leilões de produção em regime especial e leilões de direitos financeiros de capacidade de interligação (FTR) e ainda leilões de Direitos de Utilização de Capacidade de Gás (DUCg);
- > Aplicação de leilões SMRA, de suporte à realização do leilão para atribuição de frequência pela UKE (Regulador de telecomunicações da Polónia);
- > Aplicação de monitorização da atividade dos *market-makers*;
- > Aplicação de gestão do processo de mudança de comercializador do gás natural em Portugal (e\_Switch);
- > *Website* corporativo ([www.omip.eu](http://www.omip.eu));
- > Serviço de ficheiros para recolha de informação de mercado (FTP);
- > Sistema interno de gestão documental;
- > Sistema interno de contabilidade e facturação;
- > Plataformas internas para gestão de infraestrutura como a plataforma de *backups*, a plataforma de monitorização de serviços e activos de rede e a plataforma de *Helpdesk*;
- > Gestão de contratos com fornecedores de serviços de telecomunicações, nomeadamente o contrato de voz e dados móveis e fixos;
- > Manutenção de equipamentos de telecomunicações designadamente o *router/firewall*, que suporta as comunicações de dados e a central telefónica que assegura as comunicações de voz da empresa.

No que respeita aos desenvolvimentos, salientam-se as seguintes alterações mais relevantes:

- a) Desenvolvimentos internos:
  - (i) Instalação de uma plataforma para reporte de informação ao ACER, no âmbito da regulação europeia REMIT, cuja primeira fase entrou em vigor a 7 de Outubro de 2015;
  - (ii) Reestruturação da aplicação de difusão de informação do OMIP (FTP);
- b) Especificação e implantação de funcionalidades com recurso a fornecedores externos:
  - (i) Revisão dos fluxos implementados consoante revisão das regras emitidas pela ERSE na plataforma e\_Switch (Grupo 1 e 1b da Fase 1).

Por último, há a realçar a manutenção do plano de recuperação em caso de desastre (*Disaster Recovery*), tanto aplicacional, como dos recursos humanos. A nível do sistema de gestão da segurança da informação elaboraram-se diversas políticas, que servem de base a este sistema de gestão de risco de segurança de informação da empresa.

# 05

## OUTRAS ATIVIDADES

## 5.1 Leilões de colocação de produção em regime especial

Os termos e condições de realização dos leilões de colocação de produção em Regime Especial, publicados em anexo à Directiva n.º 5/2011 da ERSE, de 24 de Novembro, definem o OMIP como a entidade responsável pela organização dos leilões. Trata-se de um mecanismo regulado de venda de produção de energia eléctrica em regime especial por parte da EDP - Serviço Universal, S.A., no âmbito da função definida para o comercializador de último recurso, que assume a natureza de leilões de venda de contratos de futuros com entrega na área portuguesa do Mercado Ibérico da Energia Elétrica (MIBEL). A mencionada Directiva estabelece que os leilões obedecem ao modelo de leilão de rondas (ou leilão de relógio). Para o efeito, o OMIP decidiu incluir os leilões dentro no Mercado de Derivados do MIBEL, desenrolando-se estes no âmbito de uma sessão especial de negociação. Em 2015 realizaram-se quatro leilões tendo sido adquiridos todos os contratos oferecidos pelo comercializador de último recurso.

## 5.2 Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Portugal e Espanha

Na sequência da harmonização trabalhada no Conselho de Reguladores do MIBEL, os reguladores sectoriais da energia ERSE e CNMC definiram um mecanismo de gestão harmonizada da interligação Portugal – Espanha, assente na realização de leilões de contratos financeiros de direitos de capacidade (internacionalmente designados de *Financial Transmission Rights* – FTR), os quais permitem, designadamente aos comercializadores de electricidade, assegurar uma cobertura do risco de diferenças de preços entre Portugal e Espanha, em qualquer dos sentidos. Foi determinado que os leilões seriam integrados no âmbito do MIBEL e realizados na plataforma de negociação do OMIP, tendo sido realizados quatro leilões durante 2015, nos quais foram negociados os dois sentidos da interligação.

## 5.3 Leilões sobre o novo produto indexado aos índices de produtividade solar

O OMIP iniciou também a prestação do serviço de *auctioner* num leilão trimestral para a venda, aberta a qualquer agente, que cumpra os requisitos, da produção de energia solar em Espanha, onde a Endesa actua como contraparte compradora e adjudicadora do serviço, através de um leilão de rondas com preço descendente. O leilão incide sobre produtos listados à negociação no OMIP – Produto SPEL Solar (Zona solar IV) com liquidação financeira e compensação na OMIClear. Foram realizados dois leilões em 2015.

## 5.4 Leilão de espectro multi-faixa na Polónia

O projecto do leilão de atribuição de direitos de utilização de frequências radioeléctricas nas bandas de 800MHz e 2.6GHz na Polónia teve o início formal a 30 de Dezembro de 2013. Devido a questões legais levantadas por algumas entidades, o processo inicial foi anulado e ulteriormente retomado, pelo que a primeira ronda teve início a 10 de Fevereiro de 2015. Ainda antes do seu arranque operacional, o OMIP prestou total suporte à UKE (Regulador) na preparação do leilão, através da realização de acções de formação (com a UKE e com os agentes) e a realização de um conjunto de leilões de teste (*trial auctions*) com cada uma das entidades participantes do leilão. O leilão estendeu-se ao longo de 116 dias, terminando a 16 de Outubro e alcançando um valor total de 9,23 mil milhões de zlotis (cerca de 2,1 mil milhões de euros), o que representa um crescimento de 477% face aos preços de início de leilão. Ao longo dos 116 dias do

leilão, o compromisso e a assistência permanente de toda a equipa de profissionais do OMIP foi essencial para a conclusão, com sucesso, deste complexo projecto, o que veio posteriormente a ser reconhecido pela Presidente da UKE, Magdalena Gaj. Com a conclusão deste projecto, ficou uma vez mais demonstrada e reconhecida a capacidade do OMIP no planeamento, organização e desenvolvimento de projectos relacionados com os leilões de frequências radioeléctricas, tal como já se tinha verificado em leilão idêntico realizado em Portugal, promovido pela Anacom.

## 5.5 Direitos de utilização de capacidade (gás)

O gás natural necessita de infra-estruturas de rede e terminais complexas, por onde se estabelecem os fluxos energéticos associados ao seu transporte, bem como de uma gestão centralizada dos sistemas assim constituídos. Neste contexto, o cálculo da atribuição e a gestão técnica e económica dos direitos de utilização dessas capacidades (DUCg) são matérias de particular relevância para o funcionamento adequado dos respectivos mercados.

Nesse sentido, o OMIP foi contactado pela REN – Gasodutos, S.A. em 2013, com o intuito de colaborar na operacionalização dos novos mecanismos de atribuição de capacidade nas diferentes infraestruturas da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL (RNTIAT), explorando o conceito de contratação *ex-ante* dos Direitos de Utilização de Capacidade (DUC) nas infraestruturas do gás natural, em emissão primária e em mercado secundário. De acordo com o Artigo 33.º do Regulamento do Acesso às Redes, às Infraestruturas e às Interligações do setor do gás natural (RARI), deveriam ser utilizados mecanismos objectivos e transparentes, não discriminatórios, baseados em critérios de mercado, que fornecessem sinais económicos eficazes aos agentes de mercado envolvidos e que satisfizessem os demais princípios estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 715/2009, de 13 de Julho, prevendo ainda a utilização de produtos e regras de atribuição de capacidade coerentes e em harmonia com as práticas advogadas pela Comissão ao nível europeu, nomeadamente no Código de Rede Europeu de atribuição de capacidade das infraestruturas. Assim, o OMIP presta à REN, desde Setembro de 2013, serviços nesta área (DUCg): participou activamente no desenho inicial e instalação da solução, em estreita colaboração com a REN, tendo assegurado, a partir daí, todas as actividades e funções previstas, nomeadamente a formação dos agentes, a configuração e disponibilização de plataformas tecnológicas, bem como a operação do mercado primário e do mercado secundário.

As funções acima descritas continuaram a ser asseguradas pelo OMIP durante os anos de 2014 e 2015.

## 5.6 Desenvolvimento do projecto GPMC

O OMIP manteve a exploração e a gestão da plataforma informática e\_Switch, por si desenvolvida para suportar, de forma célere, transparente e segura, os processos de mudança de comercializador no mercado do gás em Portugal, em resultado do acordo celebrado com a REN – Gasodutos, S.A., entidade designada pela ERSE como responsável pela organização do procedimento de facilitação de mudança de comercializador no sector do gás. Em 2015 foram introduzidos os seguintes desenvolvimentos relativos ao primeiro grupo da primeira fase de instalação dos novos procedimentos de mudança de comercializador no sector do gás natural: novos processos B2 (mudança de comercializador), D11 (alteração do titular do contrato), B5 e B6 (anulação de mudança por iniciativa do novo comercializador e do comercializador cessante, respectivamente), que alteraram de forma profunda os processos vigentes.





P E R S P E T I V A S   P A R A   2 0 1 6

## PERSPETIVAS PARA 2016

O ano de 2016 volta a ser de importantes desafios para o OMIP.

No plano institucional porque urge aprofundar o seu funcionamento integrado no contexto OMI, devendo fornecer um conjunto de vantagens comparativas em relação aos seus concorrentes.

Relativamente ao desenvolvimento do negócio, espera-se:

- > A manutenção dos volumes negociados ao nível de 2015;
- > O aumento do número de participantes no mercado;
- > A ampliação do *portfolio* de produtos listados para negociação e registo de operações bilaterais, nomeadamente contratos de futuros sobre electricidade na Alemanha, França e Itália e contratos de futuros sobre gás natural na Península Ibérica;
- > Continuar com a organização de leilões de direitos financeiros sobre capacidade de interligação Portugal-Espanha;
- > Continuar com a organização de leilões de colocação de PRE para a zona portuguesa do MIBEL;
- > Assegurar o elevado nível de serviço que vem sendo prestado aos participantes no Mercado, incluindo o desenvolvimento de novas soluções e funcionalidades especificamente solicitadas por estes, como é o caso do leilão Solar;
- > Manter o reconhecimento e a notoriedade do OMIP como a bolsa de referência.

Assim, o OMIP continuará a actuar com elevados padrões de eficiência e de inovação, procurando satisfazer as crescentes necessidades dos seus membros e a exigência do sector de negócio onde a empresa está inserida.

Em termos de cooperação internacional, o OMIP continuará a participar activamente nas actividades desenvolvidas pelos diversos organismos internacionais, dos quais é parte.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO  
DE RESULTADOS

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade; deliberou propor que o resultado líquido do período de 2015, no valor positivo de 59 071,68 Euros (cinquenta e nove mil e setenta e um euros e sessenta e oito cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal .....	5 907,17 Euros
Distribuição de Dividendos .....	53 164,51 Euros

Lisboa, 15 de março de 2016

### O Conselho de Administração,

Pedro Jesus Mejía Gómez

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto

**Abengoa, S.A.**

*Ana Raquel Díaz Vázquez*

**Banco Santander, S.A.**

*Carlos Martin de los Santos Bernardos*

**EDP – Energias de Portugal, S.A.**

*Carlos Manuel Sola Pereira da Mata*

**Endesa Generación Portugal, S.A.**

*Adolfo Javier de Rueda Villén*

**Gas Natural, SDG, S.A.**

*Rosa María Sanz García*

**Iberdrola Generación España, S.A.U.**

*Gregorio Relaño Cobián*

**Parcaixa, SGPS, S.A.**

*Paulo Alexandre da Rocha Henriques*

**REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.**

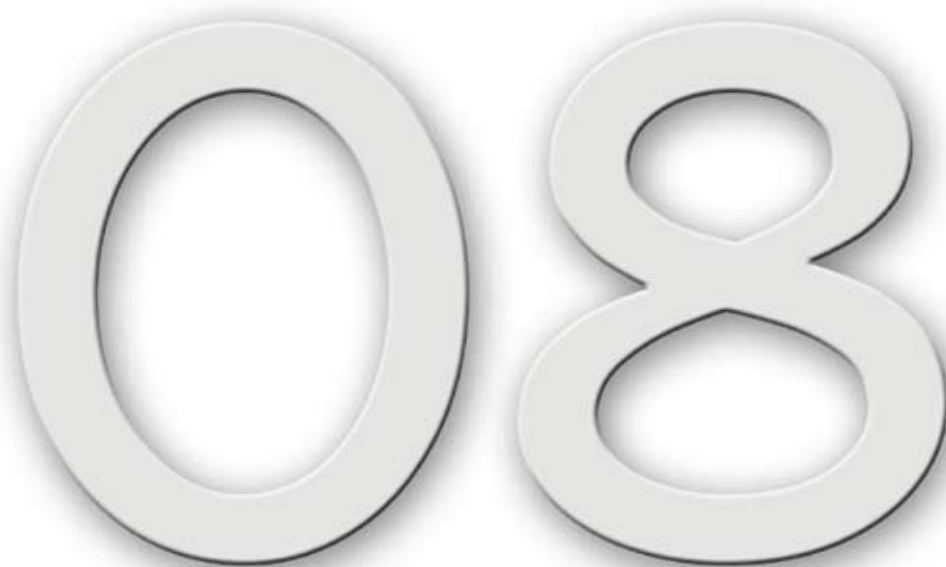
*Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara*

**REN Serviços, S.A.**

*Pedro Henriques Gomes Cabral*

**Viesgo Infraestructuras Energéticas, S.L.**

*Javier Anzola Pérez*



ACIONISTAS, ÓRGÃOS SOCIAIS  
E PARTICIPADA

## 8.1 Acionistas

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (50%)

OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español, S.A. (50%)

## 8.2 Órgãos Sociais (triénio 2015 – 2017)

### Mesa da Assembleia Geral

Manuela Lopes dos Santos.....Presidente

### Conselho de Administração

Pedro Jesus Mejía Gómez .....Presidente

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto.....Vice Presidente

Abengoa, S.A. (Ana Raquel Díaz Vázquez).....Vogal

Banco Santander, S.A. (Carlos Martin de los Santos Bernardos).....Vogal

EDP – Energias de Portugal, S.A. (Carlos Manuel Sola Pereira da Mata).....Vogal

Endesa Generación Portugal, S.A. (Adolfo Javier de Rueda Villén).....Vogal

Gas Natural, SDG, S.A. (Rosa María Sanz García) .....Vogal

Iberdrola Generación España, S.A.U (Gregorio Relaño Cobián) .....Vogal

Parcaixa, SGPS, S.A. (Paulo Alexandre da Rocha Henriques).....Vogal

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara) .....Vogal

REN Serviços, S.A. (Pedro Henriques Gomes Cabral) .....Vogal

Viesgo Infraestructuras Energéticas, S.L. (Javier Anzola Pérez).....Vogal

### Órgão de Fiscalização/Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda. (SROC).....Efetivo

José Manuel Henriques Bernardo (ROC) .....Suplente

## 8.3 Participada

OMIClear, C.C., S.A. - Participação de 50% no capital social de 7 500 000,00 EUR.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
E ANEXOS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

## A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

### Balanço

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2015	31-12-2014
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	13.524	32.360
Participações financeiras - Método equivalência patrimonial	7	5.233.807	5.358.343
Outros ativos financeiros	8	929	-
		<b>5.248.260</b>	<b>5.390.703</b>
<b>Corrente</b>			
Clientes	9	108.546	205.256
Estado e outros entes públicos	10	-	85.350
Outras contas a receber	11	1.156.231	420.232
Diferimentos	12	26.670	27.424
Caixa e depósitos bancários	4	342.322	846.209
		<b>1.633.769</b>	<b>1.584.471</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.882.029</b>	<b>6.975.174</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	13	2.500.000	2.500.000
Prémio de emissão	14	1.193.711	1.193.711
Reservas legais	15	184.528	165.345
Ajustamentos em ativos financeiros	16	1.114.928	1.114.928
Resultados transitados		1.025.810	1.025.810
		<b>6.018.977</b>	<b>5.999.795</b>
Resultado líquido do período		59.072	191.829
<b>Total do capital próprio</b>		<b>6.078.049</b>	<b>6.191.623</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Corrente</b>			
Fornecedores	17	127.952	139.804
Estado e outros entes públicos	10	56.365	65.464
Outras contas a pagar	18	619.663	578.283
		<b>803.980</b>	<b>783.551</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>803.980</b>	<b>783.551</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>6.882.029</b>	<b>6.975.174</b>

As notas das páginas 35 a 56 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.



## Demonstração dos resultados por naturezas

	Nota	Unidade: Euros	
		31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	19	1.928.986	1.823.546
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias	7	16.450	156.651
Fornecimentos e serviços externos	20	(955.379)	(784.488)
Gastos com o pessoal	21	(1.097.482)	(1.105.638)
Outros rendimentos e ganhos	22	367.028	416.033
Outros gastos e perdas	23	(112.976)	(188.389)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>146.627</b>	<b>317.716</b>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	6	(21.692)	(92.513)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>124.935</b>	<b>225.202</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	24	17.025	25.352
Juros e gastos similares suportados	24	(311)	(436)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>141.649</b>	<b>250.118</b>
Imposto sobre o rendimento do período	25	(82.577)	(58.289)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>59.072</b>	<b>191.830</b>

As notas das páginas 35 a 56 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

## Demonstração das alterações no capital próprio

	Nota	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
<b>A 1 de janeiro de 2014</b>		2.500.000	1.193.711	105.812	1.114.928	1.025.810	595.329	6.535.591
<b>Alterações no período</b>								
Aplicação do resultado de 2013		-	-	59.533	-	535.796	(595.329)	-
		-	-	59.533	-	535.796	(595.329)	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	191.829	191.829
<b>Resultado integral</b>		-	-	-	-	-	191.829	191.829
<b>Operações com detentores de capital no período</b>	26							
Distribuições		-	-	-	-	(535.796)	-	(535.796)
Outras variações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	(535.796)	-	(535.796)
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>		<b>2.500.000</b>	<b>1.193.711</b>	<b>165.345</b>	<b>1.114.928</b>	<b>1.025.810</b>	<b>191.829</b>	<b>6.191.623</b>
<b>Alterações no período</b>								
Aplicação do resultado de 2014		-	-	19.183	-	172.646	(191.829)	-
		-	-	19.183	-	172.646	(191.829)	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	59.072	59.072
<b>Resultado integral</b>		-	-	-	-	-	59.072	59.072
<b>Operações com detentores de capital no período</b>	26							
Distribuições		-	-	-	-	(172.646)	-	(172.646)
Outras variações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	(172.646)	-	(172.646)
<b>A 31 de dezembro de 2015</b>		<b>2.500.000</b>	<b>1.193.711</b>	<b>184.528</b>	<b>1.114.928</b>	<b>1.025.810</b>	<b>59.072</b>	<b>6.078.049</b>

As notas das páginas 35 a 56 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

## Demonstração dos fluxos de caixa

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2015	31-12-2014
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		1.844.669	2.573.423
Pagamentos a fornecedores		(1.071.621)	(1.385.418)
Pagamentos ao pessoal		(1.014.859)	(1.226.229)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(241.811)</b>	<b>(38.224)</b>
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		50.294	(119.681)
Outros (pagamentos) / recebimentos		(25.791)	(37.714)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>		<b>(217.309)</b>	<b>(195.617)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(4.914)
Ativos fixos intangíveis			
Outros Ativos		(500.000)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	27.000
Outros ativos		250.000	
Dividendos	26	105.740	254.049
Juros e rendimentos similares		8.747	17.813
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>		<b>(135.513)</b>	<b>293.948</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos e similares		-	(66)
Dividendos	26	(151.065)	(535.798)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>(151.065)</b>	<b>(535.864)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>(503.887)</b>	<b>(437.533)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	<b>846.209</b>	<b>1.283.742</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>342.322</b>	<b>846.209</b>

As notas das páginas 35 a 56 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1 Introdução

O OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A., cuja anterior denominação era OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A. foi constituído ao abrigo do Despacho n.º 360/ME/2003, de 6 de junho, do Senhor Ministro da Economia, tendo a respetiva escritura pública sido assinada em 16 de junho de 2003.

A sociedade iniciou a sua atividade em 10 de dezembro de 2003, tendo por objeto a organização e gestão de um sistema de suporte para a realização de transações e liquidações no âmbito do Mercado Ibérico de Energia, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) a gestão de mercado organizado de contratação de energia a prazo;
- b) a intermediação dos agentes para efeitos de relacionamento comercial no âmbito do Mercado Ibérico de Eletricidade;
- c) a gestão de outros mercados de produtos de base energética;
- d) a prestação de serviços de liquidação no âmbito dos mercados organizados de energia;
- e) a prestação de serviços de liquidação para transações padronizadas em mercados não organizados de energia;
- f) a prestação de serviços de organização de mercados no âmbito da operação do sistema elétrico.

Desde 18 de outubro de 2011, o capital do OMIP, passou a ser detido em 50% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (OMIP SGPS), e em 50% pelo OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A. (OMEL).

Até 12 de setembro de 2013, o OMIP deteve a totalidade das ações representativas do capital social da empresa, OMIClear, C.C., S.A. (OMIClear), que tem como objeto social a gestão de uma câmara de compensação com assunção de contraparte central e de um sistema de liquidação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em Conselho da administração, na reunião de 15 de março de 2016, estando ainda sujeitas a aprovação por parte dos acionistas. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do OMIP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

## 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas á data de 31 de dezembro de 2015.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo OMIP, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem dife-

rir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.18.

## **2.2. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC.

## **2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes das presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

# **3 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

## **3.1. Participações financeiras – Filiais**

Filiais são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais o OMIP tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o OMIP detém o controlo sobre uma entidade.

As participações em filiais estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, a quota-parte dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração de resultados e a quota-parte dos seus patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justo valores e de trespasses, são refletidas no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respetivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa.

## **3.2. Conversão cambial**

### **3.2.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras do OMIP e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

### **3.2.2 TRANSAÇÕES E SALDOS**

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do Balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, nas rubricas de Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados, se relacionadas com financiamentos ou em Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas, para todos os outros saldos / transações.

### 3.2.3 COTAÇÕES UTILIZADAS

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2015	2014
USD	1,0925	1,2155
GBP	0,7369	0,7825

### 3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparação e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada.

	Anos
Equipamento de transporte	Entre 3 e 5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

### 3.4. Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

### 3.5. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- b) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- c) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- d) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o OMIP se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (“bid”). Se não existir um mercado ativo, o OMIP estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que as condições de mercado permitam a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “cash-flows” descontados quando existe informação disponível, privilegiando informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

As contas a receber são classificadas no balanço como “Outras contas a receber”. O ajustamento pela imparidade de contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a Empresa não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

### 3.6. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio do OMIP, são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor

da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade de clientes e outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

### 3.7. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa.

### 3.8. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### 3.9. Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

### 3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O OMIP classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contractos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

### 3.11. Imposto sobre o rendimento

A empresa está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15.000 Euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

### 3.12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando o OMIP tem: i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o OMIP divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



### 3.13. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais o OMIP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o OMIP não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o OMIP tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

### 3.14. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### 3.15. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bens e/ou serviços no decurso normal da atividade do OMIP. Os réditos são apresentados líquidos de quaisquer montantes reais, estimados ou ambos relativos a devoluções de vendas, descontos comerciais, descontos de quantidade e descontos de pré ou pronto pagamento. Estes montantes são estimados com base em informações históricas, termos contratuais específicos ou das expectativas futuras relativamente à evolução dos réditos, os quais são deduzidos no momento em que o rédito é reconhecido, mediante a contabilização de passivos apropriados. Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para o OMIP; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

### 3.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas do OMIP é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus sócios.

### 3.17. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

### 3.18. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do OMIP são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

#### ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

##### 3.18.1. Provisões

O OMIP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

##### 3.18.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação / amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações / amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando, sempre que possível, as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

##### 3.18.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do OMIP, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao OMIP.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 3.19. Acontecimentos após a data do Balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

## 4 Fluxos de caixa

### 4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O OMIP não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

### 4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o detalhe de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

	31-12-2015	31-12-2014
Caixa	2.056	1.099
Depósitos bancários	340.266	845.110
	<b>342.322</b>	<b>846.209</b>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa, para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	31-12-2015	31-12-2014
<b>Numerário</b>		
- Caixa	2.056	1.099
	<b>2.056</b>	<b>1.099</b>
<b>Depósitos bancários</b>		
- Depósitos à ordem	340.266	158.110
- Depósitos a prazo	-	687.000
	<b>340.266</b>	<b>845.110</b>
	<b>342.322</b>	<b>846.209</b>

Em 31 de dezembro de 2015, a empresa já não possui qualquer depósito a prazo, visto que concedeu um empréstimo ao accionista OMIP SGPS no valor de 500.000 Euros em março de 2015.

## 5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 5.1. Alterações nas normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pelo OMIP.

### 5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificou no período qualquer alteração nas políticas contabilísticas consideradas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

### 5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificou no período qualquer alteração nas estimativas contabilísticas consideradas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

### 5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

## 6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos registados na rubrica de Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
<b>1 de janeiro de 2014</b>			
Custo de aquisição	170.000	1.729.952	1.899.952
Depreciações acumuladas	(126.042)	(1.650.553)	(1.776.595)
<b>Valor líquido</b>	<b>43.958</b>	<b>79.399</b>	<b>123.358</b>
Adições	-	5.682	5.682
Alienações	(50.000)	-	(50.000)
Depreciação - período	(23.750)	(68.763)	(92.513)
Depreciação - alienações	45.834	-	45.834
<b>Valor líquido</b>	<b>16.042</b>	<b>16.318</b>	<b>32.360</b>
<b>31 de dezembro de 2014</b>			
Custo de aquisição	120.000	1.735.634	1.855.634
Depreciações acumuladas	(103.958)	(1.719.316)	(1.823.274)
<b>Valor líquido</b>	<b>16.042</b>	<b>16.318</b>	<b>32.360</b>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados na rubrica de Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Equipamento transporte	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>1 de janeiro de 2015</b>			
Custo de aquisição	120.000	1.735.634	1.855.634
Depreciações acumuladas	(103.958)	(1.719.316)	(1.823.274)
<b>Valor líquido</b>	<b>16.042</b>	<b>16.318</b>	<b>32.360</b>
Adições	-	2.857	2.857
Depreciação - período	(16.333)	(5.359)	(21.692)
<b>Valor líquido</b>	<b>(291)</b>	<b>13.816</b>	<b>13.524</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>			
Custo de aquisição	120.000	1.729.197	1.849.197
Depreciações acumuladas	(120.000)	(1.715.673)	(1.835.673)
<b>Valor líquido</b>	<b>(0)</b>	<b>13.524</b>	<b>13.524</b>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos / reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

As adições em ativos fixos tangíveis realizadas no período findo em 31 de dezembro de 2015 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em equipamento.

## 7 Participações financeiras

### – Método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o investimento em empresas associadas corresponde a 50% do capital da OMIClear – C.C., S.A.

O detalhe em relação à empresa associada é o seguinte:

	31-12-2015	31-12-2014
	OMIClear	OMIClear
<b>Ativos</b>		
Não correntes	75.280	58.024
Correntes	210.261.170	209.161.125
	<b>210.336.450</b>	<b>209.219.149</b>
<b>Passivos</b>		
Não correntes	14.635	24.468
Correntes	199.854.202	198.477.995
	<b>199.868.837</b>	<b>198.502.463</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>10.467.613</b>	<b>10.716.686</b>
<b>Atividade no ano</b>		
Rendimentos	2.261.808	2.714.153
Gastos	(2.228.907)	(2.400.851)
Resultado líquido	<b>32.899</b>	<b>313.303</b>
% participação detida	50%	50%
	<b>16.450</b>	<b>156.651</b>

A movimentação da participação financeira nos períodos apresentados é como segue:

	OMIClear
<b>1 de janeiro de 2014</b>	5.540.424
Aquisições	-
Dividendos recebidos	(338.732)
Ganhos / (Perdas)	156.651
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>5.358.343</b>
Aquisições	-
Dividendos recebidos	(140.986)
Ganhos / (Perdas)	16.450
<b>31 de Dezembro 2015</b>	<b>5.233.807</b>

Os Dividendos recebidos da Omiclear foram objecto de retenção na fonte á taxa de 25% por parte desta.

## 8 Outros ativos financeiros

Os valores apresentados nesta rubrica referem-se às contribuições mensais efetuadas pela Empresa para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), nos termos da Lei nº 70/2013.

## 9 Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a decomposição da rubrica de Clientes é como segue:

	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - Partes relacionadas (nota 30)	61.918	-	61.918	180.648	-	180.648
Clientes - Terceiros	46.628	-	46.628	24.608	-	24.608
	<b>108.546</b>	<b>-</b>	<b>108.546</b>	<b>205.256</b>	<b>-</b>	<b>205.256</b>
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	<b>108.546</b>	<b>-</b>	<b>108.546</b>	<b>205.256</b>	<b>-</b>	<b>205.256</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 10 Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os saldos referentes às rubricas de Estado são como segue:

	31-12-2015		31-12-2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento - IRC	-	10.813	85.350	-
Imposto sobre o rendimento - IRS	-	21.955	-	19.797
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	-	5.195	-	28.383
Contribuições para a segurança social	-	18.402	-	17.284
	<b>-</b>	<b>56.365</b>	<b>85.350</b>	<b>65.464</b>

Para os períodos apresentados o saldo do Imposto sobre o rendimento - IRC tem a seguinte decomposição:

	31-12-2015	31-12-2014
Pagamento especial por conta	-	54.118
Retenções na fonte	36.707	-
IRC a recuperar	-	89.522
Estimativa de IRC	(47.520)	(58.289)
	<b>(10.813)</b>	<b>85.350</b>

## 11 Outras contas a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a decomposição da rubrica de Outras contas a receber é como segue:

	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Outros Devedores</b>						
OMIClear (Nota 30)	439.936	-	439.936	225.521	-	225.521
OMIP SGPS (Nota 30)	288.904	-	288.904	120.638	-	120.638
REN - Gasodutos (Nota 30)	21.516	-	21.516	21.516	-	21.516
REN - Serviços (Nota 30)	5.250	-	5.250	5.250	-	5.250
Outros	277	-	277	12.438	-	12.438
<b>Acréscimos de rendimentos</b>						
Outros	400.348	-	400.348	34.869	-	34.869
	<b>1.156.231</b>	<b>-</b>	<b>1.156.232</b>	<b>420.232</b>	<b>-</b>	<b>420.232</b>
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	<b>1.156.231</b>	<b>-</b>	<b>1.156.232</b>	<b>420.232</b>	<b>-</b>	<b>420.232</b>

Detalhe dos outros acréscimos de rendimentos:

Acréscimo de GPMC	264.072
Acréscimo de DUC'S	99.247
Acréscimo de Fee de Negócio 2015	13.574
Acréscimo da EEX - Q4-15	22.019
Diversos	1.436
<b>TOTAL</b>	<b>400.348</b>

Em dezembro de 2015 o OMIP SGPS liquidou metade do empréstimo que lhe tinha sido concedido em março do mesmo ano.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o OMIP tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

DIFERIMENTOS ATIVOS

	31-12-2015	31-12-2014
Seguros	6.751	8.136
Quotas	196	592
Bloomberg	3.840	3.710
Outros	15.884	14.986
	<b>26.670</b>	<b>27.424</b>

## 13 Capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o capital social do OMIP, no montante de 2.500.000 euros, encontra-se totalmente realizado e é composto por 250.000 ações, de valor nominal de 10 Euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	% participação	Capital
OMIP SGPS	50,00%	1.250.000
OMEL	50,00%	1.250.000
	<b>100,00%</b>	<b>2.500.000</b>

## 14 Prémio de emissão

Os prémios de emissão, no montante de 1.193.711 Euros, resultaram de um aumento de capital social ocorrido em 2004 com a entrada do OMEL no capital da Empresa e um reforço de capital do anterior acionista REN. Posteriormente, parte deste valor foi utilizado para fazer face a um aumento de capital.

## 15 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

A 31 de dezembro de 2015 esta reserva ascende a 184.528 Euros (2014: 165.343), não perfazendo ainda 20% do capital social.

## 16 Ajustamentos em ativos financeiros

O montante de 1.114.928 Euros evidenciado nesta rubrica corresponde à reavaliação da OMIClear após a venda de 50% efectuada pelo OMIP ao OMIE em Setembro de 2013.

## 17 Fornecedores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a decomposição da rubrica de Fornecedores, integralmente correntes, é como segue:

	31-12-2015	31-12-2014
Fornecedores	127.952	139.804
	<b>127.952</b>	<b>139.804</b>

## 18 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Outros credores</b>						
OMIClear	320.324	-	320.324	258.882	-	258.882
OMIP SGPS	33.963	-	33.963	28.400	-	28.400
Outros	5.276	-	5.276	20.143	-	20.143
	<b>359.563</b>	-	<b>359.563</b>	<b>307.425</b>	-	<b>307.425</b>
<b>Pessoal</b>						
Pessoal	488	-	488	-	-	-
	<b>488</b>	-	<b>488</b>	-	-	-
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>						
Gastos com o pessoal	209.969	-	209.969	167.506	-	167.506
Outros	49.641	-	49.641	103.352	-	103.352
	<b>259.610</b>	-	<b>259.610</b>	<b>270.858</b>	-	<b>270.858</b>
	<b>619.661</b>	-	<b>619.661</b>	<b>578.283</b>	-	<b>578.283</b>



## 19 Serviços prestados

O montante de Serviços prestados reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como se segue:

	31-12-2015	31-12-2014
<b>Serviços prestados</b>		
Serviços prestados no âmbito do Gás Natural	510.437	389.162
Fees de admissão e manutenção	429.544	413.300
Fees variáveis	320.918	700.141
Licenças	272.018	173.681
Serviços prestados no âmbito da Electricidade	266.779	100.000
Outros	129.290	47.262
	<b>1.928.986</b>	<b>1.823.546</b>

Os serviços de sustentação do sistema gestão encontram-se evidenciados na rubrica de Outros rendimentos e ganhos operacionais.

## 20 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	31-12-2015	31-12-2014
Trabalhos especializados	716.271	515.613
Deslocações e estadas	47.589	17.834
Despesas de representação	40.010	89.170
Rendas e alugueres (inclui condomínio)	41.321	41.731
Materiais	30.291	33.607
Seguros	17.896	17.097
Comunicações	15.935	9.094
Energia e fluídos	13.299	15.266
Honorários	18.193	26.035
Outros (individualmente inferiores a 5.000 Euros)	14.574	19.041
	<b>955.379</b>	<b>784.488</b>

A rubrica mais relevante dos fornecimentos e serviços externos são os trabalhos especializados, os quais incluem: (i) trabalhos de manutenção de sistemas e acessos a plataformas informáticas, e; (ii) fees de gestão que compensam dentro do grupo o esforço dedicado pelos restantes colaboradores do grupo ao OMIP.

## 21 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram como segue:

	31-12-2015	31-12-2014
Remunerações		
Orgãos sociais	317.940	335.978
Pessoal	590.827	554.796
	<b>908.767</b>	<b>890.774</b>
Encargos sobre remunerações	174.016	198.666
Outros	14.698	16.219
	<b>188.715</b>	<b>214.865</b>
	<b>1.097.482</b>	<b>1.105.638</b>

O número médio de colaboradores do OMIP em 2015 foi de 12 (2014: 13).

## 22 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos apresenta a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
Fees de negócio	77.740	152.444
Fees de gestão	238.437	205.037
Correções de períodos anteriores	-	2.380
Outros	50.851	56.171
	<b>367.028</b>	<b>416.033</b>

A rubrica de Fees de negócio inclui os fees de negócio faturados à OMIClear. Estes valores são cobrados pelo facto de todos os negócios do OMIP serem compensados pela OMIClear.

A rubrica Fees de gestão inclui os valores debitados pelo OMIP às empresas do grupo, pelo facto de disponibilizar recursos humanos para serem afetos a trabalhos decorrentes da atividade dessas empresas.

O fee de negócio teve uma variação negativa em 2015 porque os volumes de mercado também baixaram significativamente.

## 23 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas apresenta a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
Custos com operações de mercado	60.214	152.100
Quotizações	25.859	20.362
Impostos	3.475	6.981
Outros	23.428	8.946
	<b>112.976</b>	<b>188.389</b>

A rubrica de Custos com operações de mercado inclui essencialmente as comissões fixas mensais cobradas pelos criadores de mercado (market makers). Estes membros garantem os níveis adequados de liquidez e profundidade de ofertas de mercado. A variação registada resulta dos baixos volumes de negociação ocorrida no ano de 2015.

A rubrica Quotizações inclui os gastos que a Empresa assumiu durante o ano de 2015 por ser associada de entidades do sector, como a APE (Association of Power Exchanges) e o EUROPEX, entre outras.

## 24 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros nos períodos de 2014 e 2013 é como segue:

	31-12-2015	31-12-2014
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Juros obtidos	17.025	25.352
	<b>17.025</b>	<b>25.352</b>
<b>Gastos financeiros</b>		
Juros de financiamentos	-	31
Juros contrato leasing	-	363
Outros gastos financeiros	311	42
	<b>311</b>	<b>436</b>

A Empresa obteve um rendimento inferior ao verificado em 2014, relativamente às aplicações financeiras, devido às baixas taxas de juro praticadas pelos bancos.

## 25 Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica de Imposto sobre o rendimento do período apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2015	31-12-2014
Imposto sobre o rendimento corrente	47.520	58.289
Impostos relativos a períodos anteriores (2011 e 2012)	48.926	-
Excesso de Estimativa para Imposto	(13.869)	-
	<b>82.577</b>	<b>58.289</b>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2015 foi de 17% até 15.000 Euros, para o restante valor da colecta 21% e a derrama de 1,5% (2014: 17% até 15.000 Euros, para o restante valor da colecta 23% e a derrama de 1,5%).

A insuficiência de estimativa para imposto foi devido a um acerto de imposto sobre os lucros que a empresa teve que fazer relativamente aos anos de 2011 e 2012.

### 25.1. Impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não existem situações geradoras de ativos ou passivos por impostos diferidos.

### 25.2. Reconciliação da taxa de imposto

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é evidenciada como segue:

	31-12-2015		31-12-2014	
Resultado antes de imposto	15.000	126.649	15.000	235.117
Taxa de imposto	17,0%	21,0%	17,0%	23,0%
	<b>2.550</b>	<b>26.596</b>	<b>2.550</b>	<b>54.077</b>
	<b>29.146</b>		<b>56.627</b>	
Gastos não aceites	4.953		11.865	
Rendimentos não tributados	(3.747)		(39.317)	
Derrama	2.211		2.071	
Tributação autónoma	14.957		25.363	
Liquidação Adicional de IRC (2011 e 2012)	48.926		-	
Excesso de estimativa de IRC	(13.869)		-	
	<b>82.578</b>		<b>56.609</b>	
Imposto sobre o rendimento corrente	47.520		58.289	
Liquidação Adicional de IRC (2011 e 2012)	48.926		-	
Excesso de estimativa de IRC	(13.869)		-	
Imposto sobre o rendimento	<b>82.577</b>		<b>58.289</b>	
<b>Taxa efectiva de imposto</b>	<b>58,3%</b>		<b>23,3%</b>	

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2015	2014
Taxa de imposto até 15.000 Euros	17,00%	17,00%
Taxa de imposto para o remanescente	21,00%	23,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	<b>20,50%</b>	<b>21,50%</b>

## 26 Dividendos

O OMIP pagou dividendos durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 no valor de 172.646 Euros aos accionistas OMIP SGPS e OMEL, na proporção das participações no capital da empresa (2014: 535.796 Euros).

O pagamento dos dividendos, tiveram retenção na fonte á taxa de 25%.

## 27 Compromissos

A 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não existiam outros compromissos assumidos pela Empresa e não refletidos nas demonstrações financeiras.

## 28 Contingências

### PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o OMIP não apresenta qualquer passivo contingente.

### ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o OMIP não apresenta qualquer ativo contingente.

## 29 Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, o OMIP confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedor de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

## 30 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015, o OMIP era detido em 50% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA e em 50% pelo OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energia, Polo Español, SA:

### NATUREZA DO RELACIONAMENTO COM AS PARTES RELACIONADAS:

#### Acionistas:

- OMIP, SGPS
- OMEL

#### Subsidiárias:

- OMIClear – C.C., SA

#### Outras partes relacionadas:

- OMI – Polo Español, SA
- REN – Rede Electrica Nacional, SA.
- REN – Gasodutos, SA
- REN – Serviços, SA.
- Caixa Geral de Depósitos
- Banco Comercial Português, SA
- EDP – Energias de Portugal, SA
- Gás Natural SDG, SA
- Iberdrola Generacion Espanã, SAU

### 30.1. Transações com acionistas:

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com os acionistas:

	31-12-2015	31-12-2014
<b>Compras de serviços</b>		
OMIP SGPS	25.350	15.866
	<b>25.350</b>	<b>15.866</b>
	<b>31-12-2015</b>	<b>31-12-2014</b>
<b>Prestações de Serviços</b>		
OMIP SGPS	55.437	19.930
	<b>55.437</b>	<b>19.930</b>

### 30.2. Saldos devedores e credores com acionistas

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os saldos resultantes de transações efetuadas com acionistas são os seguintes:

	31-12-2015	31-12-2014
<b>Outras contas a receber</b>		
OMIP SGPS (nota 11)	288.904	120.638
	<b>288.904</b>	<b>120.638</b>
<b>Outras contas a pagar</b>		
OMIP SGPS (nota 18)	33.963	28.400
	<b>33.963</b>	<b>28.400</b>

**30.3. Transações com subsidiárias:**

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com as seguintes entidades:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Compras de serviços</b>		
OMIClear	145.344	92.025
	<b>145.344</b>	<b>92.025</b>
 <b>Prestações de Serviço</b>		
OMIClear	237.764	337.552
	<b>237.764</b>	<b>337.552</b>

**30.4. Saldos devedores e credores com subsidiárias:**

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os saldos resultantes de transações efetuadas com subsidiárias são os seguintes:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Outras contas a receber</b>		
OMIClear (nota 11)	439.936	225.521
	<b>439.936</b>	<b>225.521</b>
 <b>Outras contas a pagar</b>		
OMIClear (nota 18)	320.324	258.882
	<b>320.324</b>	<b>258.882</b>

**30.5. Transações com outras partes relacionadas:**

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com as seguintes entidades:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Serviços prestados</b>		
REN - Gasodutos	173.078	351.816
REN - Rede Energética Nacional	62.500	75.000
REN - Serviços	-	38.556
	<b>235.578</b>	<b>465.372</b>

**30.6. Saldos devedores e credores com outras partes relacionadas:**

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os saldos resultantes de transações efetuadas com outras partes relacionadas são as seguintes:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<b>Outras contas a receber</b>		
REN - Gasodutos	61.918	180.648
	<b>61.918</b>	<b>180.648</b>
 <b>Clientes</b>		
REN - Gasodutos	21.516	21.516
REN - Serviços	5.250	5.250
	<b>26.766</b>	<b>26.766</b>

### 30.7. Remunerações da Administração

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração do OMIP foram as seguintes:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Salários e outras remunerações de curto prazo	317.940	335.978
	<u>317.940</u>	<u>335.978</u>

## 31 Eventos subsequentes

Até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, a Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas mesmas.

Lisboa, 15 de março de 2016

Manuela Lopes dos Santos  
Técnica de contas, n.º 85946

### O Conselho de Administração,

Pedro Jesus Mejía Gómez

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto

Abengoa, S.A.  
Ana Raquel Díaz Vázquez

Banco Santander, S.A.  
Carlos Martín de los Santos Bernardos

EDP – Energias de Portugal, S.A.  
Carlos Manuel Sola Pereira da Mata

Endesa Generación Portugal, S.A.  
Adolfo Javier de Rueda Villén

Gas Natural, SDG, S.A.  
Rosa María Sanz García

Iberdrola Generación España, S.A.U.  
Gregorio Relano Cobián

Parcaixa, SGPS, S.A.  
Paulo Alexandre da Rocha Henriques

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.  
Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara

REN Serviços, S.A.  
Pedro Henriques Gomes Cabral

Viesgo Infraestructuras Energéticas, S.L.  
Javier Anzola Pérez





10

A N E X O S

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Introdução***

1 Examinámos as demonstrações financeiras da OMIP – Polo Português, S.G.M.R., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 6.882.029 euros e um total de capital próprio de 6.078.049 euros, incluindo um resultado líquido de 59.072 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### ***Opinião***

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da OMIP – Polo Português, S.G.M.R., S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

***Relato sobre outros requisitos legais***

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

13 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.

# RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



## *Relatório e Parecer do Fiscal Único*

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de OMIP – Polo Português, S.G.M.R., S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2 No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*  
*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*  
*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)*  
*Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*  
*Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

13 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.



OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A.

Av. Casal Ribeiro, n.º 14 – 8.º // 1000-092 Lisboa - Portugal

[www.omip.eu](http://www.omip.eu) // [omip@omip.pt](mailto:omip@omip.pt)

Tel: +351 21 000 6000 // Fax: +351 21 000 6001